



RELATÓRIO

INTRODUÇÃO

Através da Portaria nº 8, de 31.03.98, publicada no DOU de 02.04.98, o Presidente do CNPCP, Dr. Licínio Leal Barbosa, instituiu oito Comissões para visitarem, a título de inspeção, o sistema penitenciário nacional. No calendário estabelecido, coube à Comissão III, composta dos Conselheiros Heitor Piedade Júnior e César Oliveira de Barros Leal, a visita aos estados de Amazonas, Amapá e Roraima.

Em consonância com dita portaria, eis, com a brevidade que se impõe, o Relatório Circunstanciado das inspeções efetuadas.

ESTADO DO AMAZONAS

À frente o Secretário de Justiça, Segurança Pública e Cidadania, Dr. Félix Valois Coelho Júnior, o parque prisional do Amazonas – cuja inspeção iniciamos logo após o desembarque em Manaus, às 13 horas do dia 11.05.98 – compreende 5 estabelecimentos penais, dos quais 4 (Penitenciária Desembargador Raimundo Vidal Pessoa, Penitenciária Feminina de Manaus, Casa do Albergado de Manaus e Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico) integram um Complexo Penitenciário, de instalações acanhadas e precárias, superpovoado, sito no perímetro urbano, na Av. *Sete de Setembro s/n*, onde está sediada igualmente a Coordenadoria do Sistema Penitenciário e se reúne o Conselho Penitenciário. O quinto estabelecimento é a Colônia Agro-industrial Anísio Jobim.

Em processo de informatização através do programa “Cadastro e Controle da População Carcerária do Estado de Amazonas”, nascido de convênio celebrado entre o Ministério da Justiça e o Governo do Estado, a Secretaria exibiu números que revelam os delitos mais comuns dos internos do sistema: contra o patrimônio (35%), tráfico de drogas (23%) e contra a pessoa (24%).



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

PENITENCIÁRIA DESEMBARGADOR RAIMUNDO VIDAL PESSOA

Inaugurada aos 19 de março de 1907 e destinada a condenados em regime fechado e a presos provisórios, classifica-se como de máxima segurança e é dividida em quatro raios (A, B, C e D). Seu um estilo arquitetônico assemelha-se ao panótico, modelo concebido por Jeremias Bentham, nos idos de 1795. Do posto de guarda, se controlam as atividades desenvolvidas nos pavilhões, sem que, no entanto, a partir dele se possa visualizar o interior das celas.

São 123 funcionários, sendo 74 da área de segurança, 38 do setor administrativo e 11 técnicos.

Com uma população de 527 presos (comprimidos num espaço exíguo, com capacidade para 110 homens), 199 são condenados e 328 provisórios.

As atividades laborais exercidas por um universo de 103 internos, com salário médio de R\$75,00 a R\$81,00, são: serviços gerais, mecânica, artesanato, marcenaria, sapataria, vassouraria, horta, padaria (que atende a todas as unidades da capital), serigrafia, criação de galinhas em cativeiro e reciclagem de material plástico. A assistência religiosa está presente através da Igreja Católica e das Igrejas Protestantes, como a Universal do Reino de Deus e a Assembléia de Deus, em missas e cultos semanais que ocorrem em auditório usado também para cerimônias oficiais. A assistência jurídica conta com apenas três advogados da própria instituição, auxiliados por estagiários. Muitos presos denunciam o vencimento da pena, o que há de ser encarado com cautela. No plano educacional, vêem-se apenas duas salas de aulas, onde são atendidos cerca de vinte a trinta internos, alguns dos quais se preparam para o exame supletivo de 1º e 2º graus.

Por ocasião da visita, tivemos acesso a um gabinete dentário e um pequeno ambulatório, ambos em boas condições de funcionamento

Há aproximadamente um ano não se verificam rebeliões ou tentativas de fuga, inobstante a superpopulação, as más condições do prédio e a alegada insuficiência de assistentes jurídicos.





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Diferentemente do Pará, percorremos despreocupadamente, sem reforço policial, as dependências da unidade, na companhia permanente da Coordenadora do Sistema Penal, Dra. Sônia Cabral, conquanto não tenhamos tido contato direto com os presidiários.

Após a pretendida desativação da Penitenciária central, a proposta anunciada é de transformá-la na sede da SEJUSC e num Museu de Criminologia.

PENITENCIÁRIA FEMININA DE MANAUS

Criada em 1988, é destinada a mulheres que cumprem pena de privação de liberdade nos regimes fechado, semi-aberto e aberto. De dimensões pequenas, dirigida por uma assistente social (a vice-diretora é bioquímica), nela trabalham 31 funcionários, sendo 18 da área de segurança, 5 da administrativa e 8 técnicos. São apenas 10 celas coletivas, com uma população de 26 condenadas e 15 provisórias, enquadradas em sua maior parte no art. 12 da Lei 6.368/76.

Praticamente todas as mulheres exercem atividades laborais (crochê, costura, manicure, pedicure, cabeleireiro etc.), existindo uma loja para venda de objetos produzidos pela população carcerária. Tomamos conhecimento do trabalho de fabricação de ovos de Páscoa (neste ano foram produzidos 14.000 ovos) e presenciamos a feitura de doces. Entre as atividades esportivas e culturais pode-se citar: educação física, danças folclóricas, exposição de pinturas e artesanato. Quanto ao lazer: voleibol, pingue-pongue, dama e dominó.

À disposição das presas estão: ambulatório, gabinete dentário, compartimento para psicólogo, além de sala de aula, utilizada também como ateliê para manicure e cabeleireiro.

Na época da visita, eram quatro as estrangeiras: uma holandesa, uma boliviana, uma peruana e uma colombiana.

Não se observou nenhum espírito de revolta entre as reclusas, em regra pessoas humildes, cujo delito mais comum é o tráfico de entorpecentes. Os problemas, porém, são múltiplos: área muito pequena, falta de informação processual, deslocamento difícil para hospitais da rede pública, carência de creche etc..



9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

CASA DO ALBERGADO DE MANAUS

Estabelecimento penal de segurança mínima, inaugurado em julho de 1985, destina-se ao cumprimento da pena em regime aberto e à pena de limitação de fim de semana.

Por força da ausência de espaço físico gerou-se um despropósito: a Casa, limpa e arejada, apesar de ter pessoal administrativo próprio, não abriga ninguém, funcionando tão-somente para o controle das apresentações dos albergados, em número de 112, dos quais apenas 29 estão empregados.

Palestras são ministradas, de teor educativo, por psicólogos, médicos e religiosos.

HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO

Criada em 1988, presta atendimento à saúde, farmacêutico, odontológico, psicológico e social, proporcionando tratamento ambulatorial e procedendo a exames diversos, inclusive psiquiátricos.

Com 3 celas individuais e 4 coletivas, perfazendo 23 vagas, alberga 6 condenados em regime fechado, 7 presos provisórios e 10 sob medida de segurança, todos atendidos por 33 funcionários, sendo minguido o número de médicos.

Sem receio de incursão num equívoco, incumbe-nos registrar que as condições ambientais do hospital, somadas à falta de remédios e de treinamento do pessoal de apoio, comprometem, flagrantemente, suas finalidades. Os internos se ressentem da morosidade nos processos e da deficiência de profissionais qualificados para atenderem os doentes mentais.

A Diretoria atual, em relatório anexo, indigitou as mazelas do nosocômio, tais como: "a) espaço físico inadequado e incompatível com as práticas exigidas para o exercício das atividades médico-sociais; b) distribuição inadequada dos auxiliares e técnicos de enfermagem, cujo pessoal carece de treinamento básico para o exercício de algumas funções, particularmente os cuidados e manejo com a saúde mental dos internos; c) inexistência de previsão mensal ocasionando falta de medicamentos básicos, o que redundará em agravos à





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

saúde dos internos; d) ausência de instrumento técnico que facilite o atendimento às mínimas emergências.”

A par das imperfeições, no documento se consignam as metas de trabalho, cuja leitura se recomenda.

Em anexo, o projeto “Saúde: Restituir um Direito de Cidadania – Compromisso do HCTPM” (lançado com o escopo de resgatar a cidadania dos internos do sistema penitenciário amazonense) e o projeto “Cultura, Saúde e Cidadania” (uma promoção da SEJUSC, com o apoio da Livraria Valer, a cuja solenidade de lançamento assistimos, no dia 12 de maio, e que tem “como objetivo fundamental promover atividades com a finalidade de contribuir para o processo de humanização e esclarecimento dos detentos que se encontram sob os cuidados do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, bem como buscar meios para envolver os presos em geral nas atividades culturais que serão organizadas, como forma de despertar-lhes a sensibilidade, os valores e a capacidade intelectual...”)

COLÔNIA AGRO-INDUSTRIAL ANÍSIO JOBIM

Único estabelecimento fora do complexo, localizado no km 8 da Rodovia 174 Manaus - Caracaraí, possui dois pavilhões, com 24 celas individuais e 8 coletivas, a população atual constituída de apenas 48 condenados, alguns dos quais com trabalho externo, na cidade. São 37 funcionários: 4 de segurança, 11 da parte administrativa e 14 técnicos.

Constata-se a produção de verduras, necessária ao consumo da Colônia, ademais da criação de suínos e frangos e trabalho de marcenaria. As atividades esportivas e culturais são: futebol de salão, dominó e filmes educativos em vídeo. De lazer: jogos de bilhar, dominó e outros.

A principal dificuldade enfrentada pela Administração reside nos transportes, enquanto as transgressões disciplinares mais freqüentes vêm a ser a ingestão de bebida alcoólica e o desrespeito à hierarquia..

Destaque para as obras de construção de um novo complexo prisional, que se comporá das seguintes unidades: a) a própria colônia, em reforma; b) a penitenciária feminina; c) a penitenciária masculina, de segurança máxima; d) o hospital de custódia e





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

tratamento psiquiátrico. No terreno ao lado da CAIAJ, prevê-se para breve a edificação de uma “penitenciária federal”.

ESTADO DO AMAPÁ

A Secretaria de Justiça e Segurança do Amapá, cujo titular é o Dr. Adamor de Sousa Oliveira, dispõe de um Complexo Penitenciário (COPEN), atualmente sob a direção do Dr. Luiz Gonzaga Pereira da Silva, localizado fora do perímetro urbano e composto de 1 pavilhão feminino, 1 pavilhão dos condenados, 1 pavilhão especial e 2 pavilhões de segurança máxima (I e II), além do setor administrativo e 1 sala para o Conselho Penitenciário.

Em todo o Estado são 510 detentos, distribuídos da seguinte forma: 212 presos provisórios (196 homens e 16 mulheres), 179 presos condenados em regime fechado (171 homens e 8 mulheres), 119 presos condenados em regime semi-aberto (109 homens e 10 mulheres) e 95 presos beneficiados com trabalho externo (85 homens e 10 mulheres).

O pessoal, seja de direção, seja de vigilância, é vinculado à polícia. A alimentação é boa, a disciplina é manifestamente eficaz, não existindo clima de tensão nos pavilhões visitados (a última rebelião data de 4 anos). O acesso foi-nos ensejado a todos os recintos do Complexo, onde tivemos a chance de falar com os reclusos, muitos dos quais trabalham na oficina mecânica, na serralha e na padaria.

Ao longo da visita, percebemos a necessidade de oferecer-se acompanhamento jurídico intramuros, além de implementar-se com urgência um serviço de informatização, o que contribuiria vigorosamente para agilizar os processos.

As unidades são pequenas e o Complexo não tem problema de espaço, embora haja superlotação no setor dos presos provisórios.

O trabalho feito pela direção do Conjunto é articulado com a Vara de Execuções Criminais. Não há presos em delegacias no Estado do Amapá

Consoante informação contida em anexo, o Governo do Amapá, em convênio com o Ministério da Justiça, está: a) reformando a cozinha industrial; b) reformando e ampliando o Hospital Penal, que passará a ter uma ala de psiquiatria; c) construindo um pavilhão de segurança máxima para acolhimento de presos provisórios, um muro do pavilhão



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

especial (que será transformado no pavilhão feminino), o muro frontal do Complexo e 11 guaritas; d) reestruturando a rede elétrica; e e) instalando mais luminárias internas e externas.

PAVILHÃO FEMININO

21 alojamentos, com capacidade para 81 vagas. Nele será implantado, a médio prazo, o método APAC.

PAVILHÃO DOS CONDENADOS

22 alojamentos com capacidade para 81 vagas.

PAVILHÃO ESPECIAL

14 alojamentos, com 52 vagas. Do alojamento 8 ao 14, está funcionando, a título provisório, o Hospital Penal, sendo que os alojamentos 9, 11 e 13 foram reservados para as mulheres.

PAVILHÃO ESCOLAR

O pavilhão escolar tem 6 salas, nas quais são ministrados cursos de alfabetização, 1º grau e profissionalizantes (mediante convênios com a Secretaria de Estado de Trabalho e Cidadania), além de aulas de informática, oferecidas pelo Projeto Pró-Educar.

PAVILHÃO DE SEGURANÇA MÁXIMA I

15 alojamentos, com 42 vagas.





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

PAVILHÃO DE SEGURANÇA MÁXIMA II

16 alojamentos, com capacidade para 50 homens.

HOSPITAL DO COPEN

O Hospital possui: 1 sala para a Secretaria e Administração; 3 para psiquiatria; 6 para enfermagem; 1 para ambulatório; 1 para serviço odontológico; 2 para consultório médico; 1 para farmácia e 1 para copa de distribuição.

Serviços prestados: assistência ambulatorial, cirurgias de pequeno porte, palestras sobre DST, prevenção e tratamento de pacientes infectados (somente 1 caso de soropositivo de HIV).

COLÔNIA PENAL

Na colônia os presos trabalham nas áreas de suinocultura, cunicultura, fruticultura, pecuária e horticultura.

ESTADO DE RORAIMA

Enquanto estivemos em Roraima, recebemos atenção especial por parte do Sr. Secretário de Segurança Pública, Manoel de Lima Mendes, que nos propiciou segurança velada e convocou a imprensa para entrevista coletiva. Representantes do Conselho Penitenciário nos acompanharam continuamente.

O sistema penitenciário do Estado tem duas unidades penais: a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo e a Cadeia Pública de Boa Vista, sendo iminente a entrada em funcionamento da Cadeia Pública de São Luiz do Anauá, com 28 vagas.





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Inexiste prisão feminina (apenas uma ala para mulheres na penitenciária agrícola), assim como não há hospital clínico, manicômio judiciário e estabelecimento para apoio a egressos.

São 203 presos, sendo 68 condenados e 135 provisórios (algumas divergências numéricas afloram nos documentos em anexo).

Não há notícias de rebeliões ou fugas em massa. O ambiente é de tranquilidade e a circulação entre os presos sobreveio sem atropelos.

PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE MONTE CRISTO

Dirigida pelo Capitão PM e Bacharel em Direito Gerson Chagas (que acumula o cargo de Superintendente do Sistema), acolhe 68 condenados (47 em regime fechado, 19 no semi-aberto e 2 no aberto, este último harto precário) e 81 presos provisórios. São 75 funcionários: 44 da área de segurança, 21 da administrativa e 10 técnicos.

As celas são individuais (166) ou coletivas (5). As atividades laborativas compreendem: marcenaria, horta, confecção de combogós, artesanato e confecção de malha para pesca e costura. As atividades esportivas e culturais: futebol de campo e areia e leitura na biblioteca. No plano educativo, há uma escola de 1º e 2º graus, cursos de alfabetização e de informática.

Medicamentos, transporte para visitas domiciliares e contato com instituições, número pequeno de funcionários de apoio, falta de documentos na ficha carcerária, escassez de material de expediente: eis as preocupações maiores da Administração.

De acordo com informe contido na documentação anexada, “desde a transformação em Estado, não houve mais concurso para admissão de novos funcionários, sendo que atualmente, até que se aprove a lei de organização básica da Secretaria de Segurança Pública, na Assembléia Legislativa, o governo, a fim de amenizar a falta de funcionários, contrata servidores, pelo período de dois anos, os quais recebem treinamento para a função pelo período de 30 (trinta) dias.”





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Com amplo espaço para o lazer e o banho de sol, a penitenciária está a necessitar de uma reforma, sobretudo para melhorar as redes elétrica e hidráulica, bem como a tubulação de esgotos.

CADEIA PÚBLICA DE BOA VISTA

Ocupando parte das instalações da antiga Penitenciária Agrícola, tem 4 alas, cada uma com 10 celas, sendo que 2 alas estão no momento interditadas pelo Juiz da Vara de Execuções.

O prédio está em péssimas condições, havendo sido iniciados os trabalhos de reforma geral, prevendo-se a construção de 1 sala e 1 antessala para a direção, 1 cozinha industrial, 1 sala para o serviço de vigilância interna, 1 sala para a assessoria jurídica, 1 sala para o serviço médico-odontológico e 1 refeitório para o pessoal de serviço.

São 109 presos provisórios (sem direito a trabalho, por determinação judicial), dos quais 69, em virtude da interdição já referida, foram recentemente transferidos para a Penitenciária de Monte Cristo. Atuam na Cadeia 43 funcionários, 13 da União e 30 do governo estadual, 36 exercentes de função operacional e os outros 17 em postos administrativos.

OBSERVAÇÕES FINAIS

A visita aos três estados foi indubitavelmente positiva e nos permitiu uma visão clara, sem rebuços, da realidade penitenciária daquela região do país. Restou evidente que a situação é crítica e está a demandar um esforço concentrado dos governos federal e estadual.

Percebe-se, porém, em meio a tudo, uma preocupação onipresente em melhorar o quadro caótico que resultou de décadas de omissão e abandono. Obras inúmeras se espalham~~as~~ pelos estados, com o fim de ensanchar as vagas existentes e assegurar melhor tratamento ao encarcerado.





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Mais do que nunca fortalece-se o convencimento de que o modelo tradicional da execução da pena deve ser revisto e que, neste contexto, a comunidade precisa ter uma participação significativa.

Estimamos que os colegas conselheiros dêem continuidade a este projeto de inspeção do sistema penitenciário nacional, uma das mais louváveis iniciativas deste Colegiado.

Brasília, 6 de julho de 1998


Heitor Piedade Júnior


César Oliveira de Barros Leal